

SUMÁRIO

1. DIREITO ELEITORAL.....	11
1.1. Justiça Eleitoral	11
1.2. O modelo de governança eleitoral brasileiro	12
1.3. Bens jurídicos eleitorais	13
1.4. Direito sancionador eleitoral.....	17
1.5. A natureza coletiva das ações eleitorais	17
1.6. As ações cíveis eleitorais	19
1.7. Os procedimentos eleitorais	20
1.8. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	27
2. DIREITO PROBATÓRIO.....	33
2.1. Prova.....	33
2.1.1. Considerações iniciais	33
2.1.2. Definição	37
2.1.3. Finalidade.....	37
2.1.4. Objeto	38
2.2. Procedimento ou fases da prova.....	38
2.2.1. A fase postulatória	39
2.2.2. A fase de admissão.....	43

2.2.3. A fase da produção da prova	57
2.2.3.1. Diligências complementares	58
2.2.4. A fase da avaliação da prova	60
2.3. Standards probatórios	62
2.4. Ônus da prova e dinamização do ônus da prova.....	75
2.5. Os poderes instrutórios do juiz	85
2.6. Ilicitude da prova.....	91
2.7. A gravação ambiental.....	93
2.8. As provas cautelares	100
2.8.1. Quebra de sigilo bancário e fiscal	100
2.8.2. Interceptação telefônica.....	106
2.8.3. Busca e apreensão	110
2.9. Prova emprestada	114
3. PARTICULARIDADES DO DIREITO ELEITORAL.....	117
3.1. O art. 96-B da Lei nº 9.504/1997	117
3.2. Os poderes instrutórios do juiz no Direito Processual Cível Eleito- ral.....	119
3.3. O artigo 23 da LC nº 64/90.....	122
3.3.1. Indícios e presunções.....	129
3.4. Tutela provisória	134
3.5. Poder de polícia	143
3.6. Procedimento Preparatório Eleitoral.....	145
4. PROVAS EM ESPÉCIE	149
4.1. Prova testemunhal.....	149
4.1.1. Depoimento pessoal.....	160
4.1.2. O artigo 368-A do Código Eleitoral.....	162
4.2. Prova documental	164
4.2.1. A juntada de documentos posteriores.....	167

4.2.2. Cadeia de custódia	170
4.3. Prova pericial	171
4.4. Inspeção judicial.....	179
4.5. Prova digital	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193